

A QUESTÃO AMBIENTAL E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES: SABERES E PRÁTICAS EM CONSTRUÇÃO.¹

Roberto Santos Ramos

Prof. Me. Assistente. UFMA/Curso de Licenciatura em Ciência Naturais. Graduado em Ciências Biológicas/UFMA. Me. Sustentabilidade de Ecossistemas/UFMA e Especialista em Educação Ambiental pela Universidade Estadual do Maranhão/UEMA.

Universidade Federal do Maranhão. E-mail: roberto.ramos@ufma.br

RESUMO EXPANDIDO

INTRODUÇÃO

Os problemas ambientais impõem uma ampla discussão sob vários matizes, haja vista ser o meio ambiente a base simbólica, cultural e física a partir da qual se processa a vida e, se dá o fornecimento de bens e serviços ambientais numa dinâmica de inter-relações em que os seres humanos, por meio da apropriação dos recursos, alteram a paisagem e interferem nos processos naturais que se configuram como base para a manifestação da vida e sua sustentabilidade.

A questão ambiental é fruto de interferência antrópicas nos processos naturais, culminando com impactos importantes provenientes da relação homem/natureza que se consolidou ao longo da história civilizacional, tendo nesse processo a “legitimação da ética antropocêntrica que se caracteriza pelo abandono da concepção organísmica da natureza em favor de uma concepção mecanicista”. (GRUN, 2005. p. 27). Sobre essa concepção Capra (1992) nos remete à necessidade de mudança do presente paradigma mecanicista, em que Descartes estendeu essa visão aos organismos vivos passando a serem vistos como máquinas e suas funções biológicas reduzidas a operações mecânicas.

O atual modelo de desenvolvimento amplamente adotado pelos países, gera impactos negativos e inúmeros problemas socioambientais que se traduzem nas relações históricas estabelecidas entre o ser humano e a natureza. Para LEFF (2004a) a crise ambiental é um efeito de conhecimento verdadeiro ou falso sobre a realidade, sobre a matéria, sobre o mundo. Mostra-se como uma crise das formas de compreender o mundo, desde que o homem aparece como animal habitado pela linguagem, o que separa a história humana da natural.

Os problemas ambientais vivenciados pela humanidade demandam soluções complexas e de amplo sentido, ensejando uma profunda mudança de pensamento e na forma como as sociedades se organizam. Nesse sentido o viés educacional pautado numa visão mult, inter e transdisciplinar, se mostram como grande contributo para soluções dos problemas ambientais. Para BRASIL, (1998, p. 65) a questão ambiental aponta para “o tratamento transversal de temáticas sociais na escola, como forma de contemplá-las na sua complexidade, sem restringi-las à abordagem de uma única área”.

Nessa direção, o presente trabalho se justifica pela necessidade de reflexão crítica sobre os processos formativos de docentes da Educação Básica tendo-se por base a Formação Continuada que ocorre no âmbito da Rede Municipal de Educação de São Luís voltado para o tema transversal Meio Ambiente. Essa formação continuada, que tem carga horária em torno de 200 horas, é executada pelo Núcleo de Educação Ambiental – NEA da Secretaria Municipal de Educação de São Luís, desde 2003 por meio do programa implantado à época, chamado Parâmetros em Ação do Governo Federal. Esse programa se pauta nas competências

¹ Trabalho curricular

profissionais básicas que são: leitura e escrita; trabalho compartilhado; administração da própria formação; e reflexão sobre a prática pedagógica tendo como estratégia a constituição de grupos de estudo para a formação continuada de professores, estimulando a prática do trabalho coletivo, as discussões e decisões postas para os professores no exercício de sua profissão, adequando-se à realidade e às prioridades das escolas. (BRASIL, 2001). Por meio da pesquisa qualitativa o presente artigo objetiva refletir sobre a formação continuada dos professores para a atuação com o tema transversal Meio Ambiente e suas inter-relações com a prática docente, tendo-se por base a atuação como formador do referido programa ocorrido no âmbito da Rede Municipal de Ensino de São Luís/MA no período de 2003 a 2010.

REVISÃO DE LITERATURA

Num cenário de grandes desafios, a questão ambiental traz à tona a necessidade de reavaliar o modo de vida humano e os conceitos que definem o viver social, ambiental, econômico, político, atualmente impactante e ameaçador para a vida e sua sustentabilidade.

“Diante de uma realidade que se universaliza [...]. As mudanças são vertiginosas, [...]. Novas exigências se impõem ao ser humano face às transformações epistemológicas, sociais e tecnológicas que se reproduzem” (PORTO, 2000, p. 12). Nesse sentido, uma mudança estrutural e conceitual, encontra campo privilegiado na educação como forma de produzir a contra hegemonia. Benassuly (2002, p. 185) corrobora com essa perspectiva quando afirma que a “apropriação pelo educador dos saberes para além das verdades cristalizadas [...], da visão estreita da disciplinaridade, da linguagem fragmentada e dos conteúdos prontos pode contribuir para a prática reflexiva, consciente e politizada”, de forma a privilegiar a razão crítica, fazendo com que o “educador assuma a natureza política de sua prática” (FREIRE, 1995, p. 49).

O processo educacional em sua dimensão macro configura-se na compreensão e na discussão do “papel essencial que ela desempenha no desenvolvimento das pessoas e das sociedades” (BRASIL, 1998, p. 15), buscando a consolidação dos objetivos que “indicam capacidades relativas aos aspectos cognitivo, afetivo, físico, ético, estético, de atuação e de inserção social” (BRASIL, *op. cit.*, p. 52) que se condiciona na escola, dentre outros aspectos, pela macro política educacional e suas referências curriculares; estrutura organizacional e física da escola; gestão escolar; currículo; projeto político pedagógico e a formação continuada do corpo docente escolar. Essa formação deverá se consolidar como espaço político, crítico e reflexivo na discussão e internalização da Educação Ambiental - EA de forma a superar a lógica de mercado que para Seabra (2013, p. 25) está “fundamentada no capital natural e na marginalidade social produzida pela racionalidade econômica”

Os princípios e definições de EA encontram aporte teórico conceitual dentre outros, nas reflexões de Santos, (2002); Pelizzoli, (2002); Leff (2002, 2004, 2006); Grun, (2005); Guimarães, (1995, 2001, 2006); Dias (2003) e Loureiro, Layrargues e Castro (2006, 2011), em que se reconheça a transversalidade e capacidade crítica e emancipatória da EA que possibilite transformações radicais nas relações que definem o modo dos grupos sociais se verem e estarem na natureza.

Nos sistemas de ensino “a perspectiva dos temas transversais é apresentada como proposta de dar ao currículo uma dimensão social e contemporânea, ao discutir temas relevantes em determinado contexto histórico-social” (GALLO, 2001, p. 15); “passando a ser um eixo em torno do qual as disciplinas e as áreas se organizem” (*ibid.*, p. 21). “A transversalidade promove uma compreensão abrangente dos diferentes objetos de conhecimento, bem como a percepção da implicação do sujeito de conhecimento na sua produção, superando a dicotomia entre ambos” (BRASIL, 1997, p. 31).

Para que a transversalidade da Educação Ambiental se concretize numa perspectiva sistêmica, aponta-se a necessidade de políticas públicas efetivas e estruturantes que

integralizem a justiça social, a preservação ambiental e a equidade econômica. Dentre as nuances da política educacional, atentar-se para uma prática pedagógica que busque superar as limitações do professor em suas atividades formais, e impulse a buscar novos elementos para uma prática crítico-reflexiva da EA nos sistemas de ensino.

A Educação Ambiental, mediante sua importância, urgência, concepções, e o manifesto caráter político, crítico e emancipatório (LOUREIRO, et. al. 2009; GUIMARÃES, 2006; LAYRARGUES, 2004; LOUREIRO, et. al. (2011); LOUREIRO, et. al (2008), deve balizar processos formativos docentes de forma efetiva na perspectiva do saber-fazer educativo, ressignificando “práticas [...] sempre que elas não produzem os efeitos pretendidos. [...]. Porque as práticas que têm lugar na escola só fazem sentido se contribuem, ainda que indiretamente, com a aprendizagem de todos os alunos”. (SÃO LUÍS, 2004, p. 131)

A profunda apreensão desses elementos históricos conceituais, por parte dos propositores e gestores das políticas educacionais, fazem das escolas espaços ideais na formação para a cidadania, corroborando a intervenção crítica no enfrentamento dos problemas de cunho socioambiental. Para Guimarães (2005), mesmo que os meios de formação de alunos tenham se ampliado muito, a escola ainda é a principal via de instrução e educação das crianças e jovens [...]. e os professores continuam sendo os principais agentes de aprendizagem; apontando assim a necessidade de qualificação inicial e continuada para o exercício da docência.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para que a escola cumpra sua função social com o “vínculo ao mundo do trabalho e à prática social” (BRASIL, 2013, p. 9), os segmentos da comunidade escolar se fazem importantes na sua atuação, como a família, educandos, gestão escolar, e em especial os professores, cuja formação prevalece nas discussões relativas à educação na perspectiva transformadora, haja vista o “momento histórico pela incessante busca e renovação do saber fazer educativo” (PORTO, 2000 p.11, 12); busca-se ainda referenciá-la “à trama das relações sociais e aos arranjos estruturais e conjunturais que se efetivam”.

Sacristán (1990) considera a formação de professores uma das pedras angulares imprescindíveis a qualquer intento de renovação do sistema educativo o que repercute significativamente na formação dos alunos, possibilita o dimensionamento crítico dos problemas atuais e conseqüentemente o seu enfrentamento.

Percebe-se então uma complexidade inerente ao processo formativo que além da carreira docente e dos componentes técnicos e operacionais, deve propiciar um caráter mais orgânico a várias etapas formativas, assegurando ao professor um desempenho progressivo e contínuo de sua prática e, por conseguinte torne-o sujeito atuante, instigador do processo ensino aprendizagem de seus alunos, enfim, agente transformador da realidade.

Nesse sentido, busca-se um currículo escolar, entendido conforme Sacristán (2013, p. 17) “como uma seleção organizada dos conteúdos a aprender, os quais, por sua vez, regularão a prática didática que se desenvolve durante a escolaridade”, que possibilite aprendizagem significativa ligando conteúdos escolares à realidade social, econômica, política e cultural além das nuances que possibilitem o entendimento da vida numa perspectiva integradora, orgânica e crítica, tal qual o saber ambiental demanda para a construção de sociedades sustentáveis.

A formação continuada é uma forma de problematizar e ressignificar a prática docente, atrelando-se nesse processo a visão interdisciplinar das questões que dizem respeito à dinâmica da vida e que influenciam nas formas de ver e interagir dos indivíduos com o mundo no processo de construção da cidadania. Tal percepção vem possibilitar as estratégias didáticas na condução e efetivação do currículo escolar, cuja questão socioambiental se inclui

como tema transversal, reforçado pelos princípios e conceitos elencados na “Política Nacional de Educação Ambiental” (BRASIL, 1999).

Nesse sentido o processo educativo tanto para os alunos quanto para os professores exerce um importante papel social e político na formação integral dos cidadãos, dotando-os de capacidades que lhes permitam “articular e organizar os conhecimentos e assim reconhecer e conhecer os problemas do mundo” (MORIN, 2004, p. 35). Dessa forma os processos formativos em Educação Ambiental vêm contribuir como temática transversal na ressignificação de práticas pedagógicas que possam balizar uma abordagem mais inquiridora, de forma a transbordar as gavetas conceituais que limitam os conhecimentos em forma de saber disciplinar.

Concebe-se dessa forma, numa perspectiva local, um saber ambiental na formação continuada de professores, que contextualize e ao mesmo tempo tenha como base o projeto político pedagógico numa construção coletiva que envolve os atores da comunidade escolar, e numa perspectiva mais abrangente, que possa demandar condições de interlocução e planejamento que operacionalizem a política de Educação Ambiental por meio dos processos formativos, de gerenciamento e logístico na condução dessa política pública.

A percepção e a integração dos elementos dessa dinâmica, que se coloca como necessária para o sucesso da formação é pautada em regime de colaboração e compartilhamento do processo formativo, destacando o professor como sujeito de sua prática, analista do seu contexto e um grande articulador dos conhecimentos teóricos com a dinâmica social e os direitos de aprendizagem dos seus alunos. Dessa forma, o papel do professor consubstancia-se na formação dos alunos, numa perspectiva integradora e crítica dos problemas do seu tempo que beneficia o exercício da cidadania.

Nas reflexões de Carvalho (2001, p 56) “acredita-se fortemente em reconhecer o processo educativo como uma possibilidade de provocar mudanças e alterar o atual quadro de degradação do ambiente com o qual nos deparamos” o que se dá pela supervalorização desse processo e não considera os limites e as possibilidades para o enfrentamento da crise ambiental. Na perspectiva da formação continuada, Carvalho (2001) considera importante a natureza dos conhecimentos presentes nos diferentes programas de formação, assim como os valores éticos e estéticos veiculados e as possibilidades de participação política do indivíduo, estes como implicações da temática ambiental na formação do educador.

A formação continuada reforça a temática ambiental além de ser um processo imprescindível à prática pedagógica e ao cumprimento do papel social da Educação, ao possibilitar a ressignificação e/ou fortalecimento de conhecimentos e práticas que possam consolidar a educação ambiental formal.

A formação que ocorre no âmbito da SEMED São Luís é executada pelo Núcleo de Educação Ambiental que embora esteja atuando desde 2003, o NEA foi instituído legalmente através da Portaria nº 28 de 22 de fevereiro de 2006. O Núcleo foi constituído no âmbito do Programa São Luís Te Quero Lendo e Escrevendo, como grupo de trabalho para desenvolver uma política de educação ambiental, de forma sustentável, na Rede Municipal de Ensino de São Luís. A principal atividade desenvolvida pelo Núcleo é a Formação Continuada de Professores nos Parâmetros Curriculares Nacionais Meio Ambiente na Escola (PCN Meio Ambiente), tendo como abrangência às escolas municipais da rede e comunidade quem detém um percentual de 30% das vagas oferecidas nessa formação. A linha teórico-metodológica trabalhada refere-se a vertente/corrente socioambiental por acrescentar os aspectos socioeconômicos e históricos, analisando as relações entre sociedade e natureza. Os módulos, tais como: Ser humano, sociedade e natureza; Sustentabilidade; Meio Ambiente na Escola; Diálogos com as Áreas dentre outros, se coadunam com a proposta de Formação Continuada de Docentes .

Política de Formação Continuada de professores voltados para a Educação ambiental possui contribuições significativas na apreensão de saberes e práticas que culminam com processos educacionais extensivos à comunidade escolar. Porém, por si só, não garante as mudanças estruturais de cunho social em sua integralidade, uma vez que tal concentração de esforços apenas nos setores institucionais educacionais. Tal política deve ser alinhada com as demais políticas públicas, possibilitando o tratamento transversal e o diálogo dentro da estrutura governamental e desta com os demais centros de poder da sociedade, de modo a possibilitar processos que culminem com a democracia ativa e participativa buscando desenvolver na comunidade escolar a Educação Ambiental crítica e emancipatória. Os processos educacionais devem estimular na comunidade escolar uma abordagem sistêmica que enfatize a natureza como fonte de vida e condição necessária para sua sustentabilidade e a reprodução social. Nesse sentido a formação Continuada de professores ocorrida no âmbito da rede Municipal de São Luís, possibilitou reflexões e observância dos desafios constantes em ampliar conhecimentos bem como desenvolver propostas pedagógicas que internalizem a questão ambiental no cotidiano do espaço escolar.

REFERÊNCIAS

BENASSULY, Jussara Sampaio. A formação do professor reflexivo e interativo. In: LINHARES, Célia. E LEAL, Maria Cristina (orgs.). **Formação de professores – uma crítica à razão e à política hegemônicas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. Pg. 185 – 195.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura / Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura / Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental. **Programa parâmetros em ação - meio ambiente na escola: caderno de apresentação**. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. 8 ed. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cutrix, 1998.

CARVALHO, Luiz Marcelo de. A educação Ambiental e a formação de professores. In: MEC/ Secretaria de educação Fundamental. **Panorama da Educação Ambiental no ensino fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 2001

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 8 ed. São Paulo: Gaia, 2003.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995

GALLO, Sílvio. **Transversalidade e meio ambiente**. Brasília: Ministério da Educação, 2001 (Programa Conheça a Educação - Cibec/Inep).

GRUN, Mauro. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária**. 9. ed. São Paulo: Papyrus, 2005.

(83) 3322.3222

contato@fipedbrasil.com.br

www.fipedbrasil.com.br

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na Educação**. 4. ed. São Paulo: Papirus, 2001.

_____, Mauro. (Org.). **Caminhos da Educação Ambiental: da forma a ação**. 1. ed. Campinas: Papirus, 2006.

GUIMARÃES, Valter Soares. Os saberes dos professores – ponto de partida para a formação contínua. In: Ministério da Educação/ salto para o futuro e tv escola. **Formação continuada de professores**. Boletim 13. Brasília, 2005.

HERIQUE, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, e poder**. Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

_____, Henrique. **Epistemologia Ambiental**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Tradução de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P., CASTRO, R. S. C. (orgs.). **Pensamento Complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. C (orgs). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

PELIZZOLI, M. L. **Correntes da ética ambiental**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

PORTO, Yeda da Silva. Formação continuada: a prática pedagógica recorrente. In: MARIN, Alda Junqueira (org.). **Educação continuada: reflexões alternativas**. São Paulo: papirus, 2000. Pg. 11-35.

SACRISTÁN, J. G. **Poderes Instáveis em Educação**. Porto Alegre. Artes Médicas, 1999

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Porto Alegre: Civilização Brasileira, 2002.

SÃO LUÍS (município). **Programa São Luís, te quero lendo e escrevendo - formação dos educadores: uma ação estratégica e transversal às políticas públicas para a educação**. São Luís: SEMED, 2004.

SEABRA, Giovanni. Educação ambiental: conceitos e aplicações. In: **Educação ambiental – conceitos e aplicações**. SEABRA, Giovanni (org). João Pessoa, editora da UFPB, 2013